

Defensoria de Minas inaugura nova instalação da unidade de Curvelo e aprimora atendimento à população

Comarca abrange ainda os municípios de Felixlândia, Inimutaba, Morro da Garça e Presidente Juscelino

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA / DPMG



A inauguração aconteceu na sexta-feira (17/3) e contou com a presença da defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, da coordenadora da Regional Jequitinhonha e local em Curvelo, defensora pública Ana Flávia de Sousa, e dos demais defensores em atuação na comarca: Janine Lais Moratelli, Adalberto Pelli e João Otávio Santiago Martelleto, além de autoridades locais, membros do Gabinete da Defensoria-Geral e representante da associação de classe.

PÁGINA 2

STJ acolhe pedido da Defensoria Pública de Minas Gerais e tranca ação penal de mulher acusada de aborto pelo próprio médico

Ministros entenderam que, nesses casos, prevalece sigilo profissional. Caso defendido pela DPMG em todas as instâncias abriu precedente no Supremo Tribunal

PÁGINA 6

Defensoria mineira realiza Mutirão das Famílias 2023 em BH e outras 50 unidades em todo o estado com número recorde de atendimentos

A Defensoria Pública de Minas Gerais realizou atendimentos durante toda a semana em comarcas do interior no 'Mutirão das Famílias 2023'. Em Belo Horizonte, ocorreram nos dias 16 e 17 de março. O esforço concentrado aconteceu em 51 unidades da Instituição no estado. Esta foi a segunda edição em âmbito estadual, com sessões ocorrendo de forma simultânea na Capital e no interior.

FOTO: CLAUDINEI SOUZA/DPMG



VEJA NA PÁGINA 5



9ª edição da Revista da DPMG – O prazo de chamada de artigos foi prorrogado para até o dia 12 de abril, que devem ser encaminhados exclusivamente por mensagem dirigida ao e-mail revista@defensoria.mg.def.br, contendo também um breve currículo de quem assina o trabalho.

[Saiba mais](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Institucional _____ PÁG. 2, 3 e 4
- > Brumadinho _____ PÁGINA 3
- > Mundo oficial _____ PÁGINA 4
- > Ações • Atuações em destaque _____ PÁG. 5, 6 e 7
- Defensoria de Minas atua em decisão favorável de reconhecimento de multiparentalidade em Teófilo Otoni** _____ PÁGINA 6
- > Deu na mídia _____ PÁG. 3, 5 e 6
- > Dia Internacional da Mulher _____ PÁG. 7 e 8
- > Inspirando novas atitudes _____ PÁGINA 9
- > Esdep informa _____ PÁGINA 9
- > Procedimentos e comunicados internos _____ PÁGINA 10

INSTITUCIONAL

Defensoria Pública de Minas Gerais inaugura nova instalação e aprimora atendimento à população na comarca de Curvelo

“A Defensoria Pública de Minas Gerais ainda tem, pela frente, um longo caminho para sua estruturação e fortalecimento. Mas quando o trabalho é bem feito, realizado com um propósito de fazer da melhor forma, conseguimos tocar o coração das pessoas e mudar a vida delas para melhor”, disse a defensora pública-geral Raquel da Costa Dias durante a solenidade de inauguração das instalações da unidade da DPMG em Curvelo. A comarca abrange ainda os municípios de Felixlândia, Inimutaba, Morro da Garça e Presidente Juscelino.

A inauguração aconteceu na sexta-feira (17/3) e contou com a presença da coordenadora da Regional Jequitinhonha e local em Curvelo, defensora pública Ana Flávia de Sousa, e dos demais defensores em atuação na comarca: Janine Lais Moratelli, Adalberto Pelli e João Otávio Santiago Martelleto.

Estiveram presentes, ainda, a chefe de Gabinete da DPMG, defensora pública Caroline Teixeira; a defensora auxiliar da Defensoria-Geral, Emília Castilho; o presidente da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), defensor público Fernando Campelo Martelleto; o vice-prefeito de Curvelo, Gustavo Nascimento; o presidente da Câmara Municipal de Curvelo, Daniel Araújo; o presidente da Câmara Municipal de Felixlândia, Gino Pinto; a diretora do foro da comarca, juíza de Direito Andreia Márcia Marinho de Oliveira; os promotores de Justiça Sérgio Álvares Contagem e Valéria Fernandes Andrade; a presidente em exercício da OAB-MG 10ª Subseção, Margarete Vieira Gomes e Souza; o comandante do 42º Batalhão PMMG, ten.-cel. Carlos Felipe Oliveira de Souza; o delegado de Polícia Civil, André Pelli; e o comandante do 3º Pelotão BM, ten. Santos.

A iniciativa dá continuidade à política institucional de oferecer instalações melhor estruturadas, custeadas com recursos próprios, para aprimorar o atendimento às assistidas e assistidos. A nova sede foi toda reformada para atender à demanda

Defensora-geral Raquel da Costa Dias em seu pronunciamento: é importante para a gestão "proporcionar um local digno e seguro" para seus agentes, ao mesmo tempo oferecer "atendimento humanizado, individualizado e valorizado"



Coordenadora da Regional Jequitinhonha e local, defensora pública Ana Flávia de Sousa, durante a inauguração: a nova instalação é uma conquista para a comarca e para a Regional e veio implementar dignidade e conforto aos assistidos e assistidas

da Defensoria Pública de Minas Gerais em Curvelo e proporcionar atendimento cada vez mais qualificado às pessoas que procuram pelos serviços de acesso gratuito à Justiça e garantia de direitos oferecidos pela Instituição.

Com mais de uma década atuando na comarca, a defensora pública Ana Flávia de Sousa fez uma linha evolutiva da DPMG em Curvelo. “Há 11 anos as próprias assistidas e assistidos não conheciam a Defensoria Pública. Não sabiam qual era o nosso papel institucional, a nossa importância para a sociedade e da diferença que podemos fazer na vida das cidadãs e dos cidadãos”.

Áreas de atuação – Duas defensoras e dois defensores públicos atuam em Curvelo nas áreas criminal, juizado especial criminal e ato infracional e família e sucessões. São realizados, em média, 1.500 atendimentos ao mês. Em 2022 a unidade realizou mais de 19.500 atendimentos.

[Leia na íntegra](#)

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



A defensora-geral Raquel da Costa Dias e a coordenadora local Ana Flávia de Sousa descerraram a placa inaugural da unidade de Curvelo

INSTITUCIONAL | BRUMADINHO

DPMG participa de anúncio de obras rodoviárias e repasse de recursos para 25 municípios da Bacia do Paraopeba

Projetos integram Termo de Reparação de Brumadinho. Investimento na MG-060 pode chegar a R\$ 130 mi e, nas cidades, será R\$ 32 milhões

A defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, participou na terça-feira (14/3) de solenidade em que foi anunciado o início das obras de pavimentação de 45 quilômetros da rodovia MG-060, no trecho Papagaios-Pompéu. A obra faz parte do Acordo de Reparação Judicial decorrente do rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho. O anúncio foi feito pelo governador Romeu Zema em Papagaios, na Região Central do estado. Participou também do evento a chefe de Gabinete da DPMG, defensora pública Caroline Loureiro Goulart Teixeira.

A pavimentação da rodovia MG-060 é uma antiga demanda da população. Desde a década de 1990 é anunciada, mas nunca saiu do papel. A intervenção, que contará com investimentos que podem ultrapassar R\$ 130 milhões, é a maior dentro de um conjunto de seis projetos rodoviários para a região atingida pelo rompimento da barragem em Brumadinho.

Outra novidade apresentada pelo governador foi o depósito de R\$ 32 milhões para o fortalecimento da Saúde e da Assistência Social em 25 municípios da Bacia do Rio Paraopeba. Os recursos correspondem às primeiras parcelas de três projetos, e cada município receberá um valor específico deste total. Brumadinho, que seria o 26º município da lista oficial de atingidos, não entra nesse rateio, pois já está contemplado com ações socioeconômicas em outra seção do Acordo Judicial.

A defensora pública-geral Raquel da Costa Dias ressaltou que é importante, no processo de reparação, dar o protagonismo às vítimas para que possam se sentir pertencentes ao acordo firmado.

[Leia na íntegra](#)

DEU NA MÍDIA

Justiça determina início da fase de definição de indenizações pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho

[g1/ Minas Gerais](#)

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Anúncio do início das obras de pavimentação de 45km da rodovia MG-060, no trecho Papagaios-Pompéu. Governador anunciou o repasse de recursos para 25 municípios da bacia do Paraopeba

INSTITUCIONAL

Defensora pública-geral recebe secretário de Estado Adjunto de Justiça e Segurança Pública

A defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, recebeu na terça-feira (14/3), em seu gabinete, o secretário de Estado Adjunto de Justiça e Segurança Pública, coronel Edgard Estevo da Silva. Na ocasião foram tratados assuntos de interesse institucional. Também participaram do encontro a chefe de Gabinete da Defensoria Pública do Estado, defensora pública Caroline Goulart Teixeira, o assessor institucional, defensor público Alexandre Henrique Oliveira Barbosa, e o coordenador estadual de Assuntos do Sistema Prisional da DPMG, defensor público Leonardo Bicalho de Abreu.

FOTO: CLAUDINEI SOUZA/DPMG



Leonardo Bicalho, coronel Estevo, Raquel da Costa Dias, Caroline Teixeira e Alexandre Barbosa

INSTITUCIONAL

Corregedor-geral da Defensoria de Minas participa de reunião do CNCG e visita Núcleo de Atuação Junto aos Tribunais Superiores em Brasília

O corregedor-geral da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), defensor público Galeno Gomes Siqueira, esteve em reunião ordinária do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas Estaduais, do Distrito Federal e da União (CNCG-DPE-DF-DPU), na qualidade de 1º vice-presidente. Durante o encontro, que aconteceu em Brasília, nos dias 13 e 14 de março, foram discutidas pautas institucionais relevantes.

Visita de cortesia – Na mesma oportunidade, o corregedor-geral fez uma visita de cortesia ao Núcleo de Atuação da DPMG junto aos Tribunais Superiores. Galeno Siqueira se reuniu com a defensora pública Adriana Patrícia Campos Pereira para discussão de temas importantes ao Núcleo, especialmente a necessidade de interlocução entre órgãos internos para uma atuação estratégica eficiente.



Defensor público Galeno Gomes Siqueira (5ª posição, a partir da direita) e outros corregedores-gerais das Defensorias Públicas Estaduais, do Distrito Federal e da União durante encontro do colegiado em Brasília

MUNDO OFICIAL

Defensor público participa da posse de novos desembargadores do TJMG

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Defensor público Alexandre Barbosa (1º à esquerda) compôs a mesa de honra do evento

O defensor público Alexandre Barbosa, assessor institucional da Defensoria-Geral, representou a defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, na cerimônia de posse dos novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Foram empossados os desembargadores Paulo de Tarso Tamburini, Marco Antônio de Melo e a desembargadora Maria Lúcia Cabral Caruso, que irão ocupar a 3ª e 6ª Câmara Criminal e a 12ª Cível, respectivamente. Eles também receberam o Colar do Mérito Judiciário, honraria instituída em 1983. A cerimônia ocorreu na segunda-feira (13/3), no Auditório do Tribunal Pleno.

DPMG participa da abertura de congresso sobre gestão de precedentes

A chefe de Gabinete da Defensoria-Geral, defensora pública Caroline Loureiro Goulart Teixeira, representou a defensora pública-geral Raquel da Costa Dias na abertura do I Congresso dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário – “Tratamento adequado de conflitos e Gestão de Precedentes nos Centros de Inteligência”. A solenidade aconteceu na quarta-feira (15/3), no auditório do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O evento, uma parceria do TJMG com o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), aborda as metodologias que auxiliam o tratamento adequado de conflitos e o gerenciamento de precedentes nos Centros de Inteligência Judiciários.

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Chefe de Gabinete da DPMG, Caroline Teixeira (1ª posição à direita), compôs a mesa de honra

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria mineira realiza Mutirão das Famílias em BH e outras 50 unidades em todo o estado com número recorde de atendimentos

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) realizou atendimentos durante a semana em comarcas do interior do 'Mutirão das Famílias 2023'. Em Belo Horizonte ocorreram na quinta e sexta-feira, 16 e 17 de março. O esforço concentrado aconteceu em Belo Horizonte e em mais 50 unidades da Instituição no estado. Esta foi a segunda edição em âmbito estadual, com sessões ocorrendo de forma simultânea na Capital e no interior.

Facilitar e promover a conciliação das famílias são os principais objetivos da ação, que é mais uma iniciativa da Instituição voltada para a solução consensual de conflitos, possibilitando a resolução acessível e rápida dos problemas e contribuindo para a pacificação da sociedade.

Foram agendadas mais de 2.600 sessões de conciliação em todas as unidades participantes, cerca de 300 a mais que na edição do ano passado. Os atendimentos ocorreram de forma presencial, virtual ou híbrida. No caso de impossibilidade

de comparecimento de uma das partes envolvidas, foi possível a participação por meio digital.

No interior – Nem bem as portas das unidades das Defensorias Públicas locais se abriram, lá estavam assistidas e assistidos previamente inscritos no programa frente a frente com defensoras e defensores públicos em busca de conciliação para questões de interesse comum.

Durante a semana, 160 defensoras e defensores públicos realizaram as sessões com as pessoas que se inscreveram para buscar soluções consensuais na área do Direito de Família, com demandas como reconhecimento e dissolução de união estável, divórcio, guarda de filhos, alimentos, investigação de paternidade, entre outras.

Rapidez e fluidez do direito – Conforme explica o defensor público-geral em exercício de Minas Gerais, Nikolas Katopodis, “atender essas demandas, inclusive por meio da conciliação, é uma atividade cotidiana da Defensoria. No mutirão, queremos enfatizar as soluções consensuais”. Nikolas Katopodis observa que por ser extrajudicial e não depender de processo judicial, o mutirão gera rapidez e fluidez do direito. Acrescenta ainda que o Mutirão das Famílias da DPMG tem o histórico de quase 70% de êxito nas conciliações, o que evita a judicialização, desafogando a pauta do Judiciário e gerando economia para o Estado.

FOTO: CLAUDINEI SOUZA/DPMG



Sessões durante o Mutirão de Famílias em Belo Horizonte

[Leia na íntegra](#)



Na sequência, sessões de atendimento nas unidades de Patrocínio, Pirapetinga e Ponte Nova



Inscrições abertas para o tradicional Casamento Comunitário de BH

Em 2023, evento contemplará no mínimo 150 casais. Noivas e noivos poderão se inscrever gratuitamente na Unidade I da DPMG na Capital até 14 de abril

[Saiba mais](#)

DEU NA MÍDIA

MUTIRÃO DAS FAMÍLIAS

Mutirão das Famílias começa em Uberaba

[TV Globo/ MG1](#)

No link abaixo, a grande repercussão do evento
[+ destaques](#)

ALERTA

Defensora pública fala sobre abusos sexuais sofridos por crianças e adolescentes

[TV Globo/Jornal Hoje](#)

ATUAÇÕES DA DPMG

STJ acolhe pedido da Defensoria Pública de Minas Gerais e tranca ação penal de mulher acusada de aborto pelo próprio médico

Ministros entenderam que, nesses casos, prevalece sigilo profissional. Caso defendido pela DPMG em todas as instâncias abriu precedente no STJ

Por meio da atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) fixou entendimento em julgamento feito na terça-feira (14/3) que um médico não pode acionar a polícia para investigar pacientes que procuram atendimento e relatam ter realizado um aborto fora da previsão legal. Com essa definição, a Sexta Turma do STJ encerrou uma investigação aberta contra uma mulher que tomou medicamento abortivo e estaria com 16 semanas de gestação.

O caso – A paciente teria aproximadamente 16 semanas de gravidez quando passou mal e procurou um hospital. Durante o atendimento, o médico suspeitou que o quadro fosse provocado pela ingestão de remédio abortivo e, por isso, decidiu acionar a Polícia Militar. Após a instauração do inquérito, o médico foi arrolado como testemunha no processo e o prontuário da paciente foi encaminhado à autoridade policial pelo hospital. Com base nessas informações, o Ministério Público de Minas Gerais propôs a ação penal e, após a primeira fase do procedimento do tribunal do júri, a mulher foi pronunciada pelo crime do artigo 124 do Código Penal.

Ao analisar o processo, que tramitou na Vara Criminal e da Infância e Juventude da comarca de Conselheiro Lafaiete, a defensora pública Mônia Aparecida de Araújo Paiva verificou que toda a persecução penal ocorreu porque o médico que atendeu a assistida “contrariou o disposto no art. 207 do Código de Processo Penal e o art. 73, parágrafo único, “c”, do Código de Ética Médica, prestou depoimento, quando deveria manifestar seu impedimento”, observa. “Todos os elementos de convicção, inclusive o envio do prontuário pelo hospital, foram obtidos com violação ao sigilo médico, motivo pelo qual não havia

materialidade a justificar o prosseguimento da ação penal”, continua Mônia Paiva.

Assim, a defensora pública interpôs *habeas corpus* no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, visando o trancamento da ação penal pela ausência de justa causa. No TJMG, a ordem não foi concedida e, por isso, a Defensoria com atuação em segunda instância, por meio da defensora pública Cláudia Marcela Nascimento Câmara Fernandes, impetrou novo *habeas corpus* perante o STJ. No Supremo Tribunal, a sustentação oral foi feita pelo defensor público Flávio Wandeck, do Núcleo de Atuação da DPMG junto aos Tribunais Superiores.

[Leia na íntegra](#)



DEU NA MÍDIA

“Importante para a dignidade da mulher”, diz defensora pública sobre decisão do STJ que encerrou ação penal de aborto em MG

[g1 / Minas Gerais](#)

STJ define que médico não pode acionar polícia para investigar aborto de paciente

[g1 / Política](#)

Ação da DPMG: STJ define que médico não pode acionar polícia para investigar aborto de paciente

[TV Globo / Bom Dia Brasil](#)

[TV Globo/Jornal Nacional](#)

[O Tempo](#)

[BHAZ](#)

Defensoria de Minas atua em decisão favorável de reconhecimento de multiparentalidade em Teófilo Otoni

O juízo da Vara de Infância e Juventude de Teófilo Otoni deferiu o pedido da Defensoria Pública de Minas Gerais e reconheceu o direito à multiparentalidade no processo de adoção do menor I.G.V. Na sentença, o juiz julgou parcialmente procedente o pedido inicial de J.G.A. e I.D.J., destituindo apenas o poder familiar da mãe da criança, deferindo o pedido de adoção, mas mantendo o poder familiar do pai biológico.

Conforme relatório multiprofissional, a criança apresenta o reconhecimento dos autores como seus pais, assim como os filhos desses como irmãos, sendo esta a única referência de família que

ela construiu ao longo dos anos.

Em suas alegações, o pai biológico E. V. J. disse que sempre foi um pai presente na vida do filho, exercendo inclusive sua guarda após a separação da mãe do menor, não tendo interesse de que a criança fosse para a adoção do casal. Afirmou ainda o desejo de ter seu filho de volta, poder visitá-lo e exercer o papel paterno. As afirmações foram confirmadas por testemunhas e serviu de embasamento para a decisão do juiz, uma vez que o pai não apresentou nenhuma conduta que justificasse a perda do poder familiar.

[Leia na íntegra](#)

ATUAÇÕES DA DPMG

Defensoria Pública de Minas presta atendimento aos indígenas warao em processo de reterritorialização em BH

Locador do imóvel onde os migrantes residem pediu a retomada do espaço, e DPDH atua para garantir os direitos dessa população no processo de transferência

Na terça-feira (7/3) a Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH) da Defensoria Pública de Minas Gerais prestou atendimento a um grupo de famílias de indígenas warao, acolhidos pela Prefeitura de Belo Horizonte e pelo Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados do Brasil (SJMR), em processo de reterritorialização na Capital. O motivo do atendimento refere-se ao pedido de retomada, pelo locador, por meio de notificação extrajudicial, ante o termo do contrato de aluguel do imóvel em que essas famílias residem.



Os indígenas Warao foram atendidos na Defensoria dos Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais da DPMG

A queixa dos Warao é que, apesar da informação da necessidade de desocupação do imóvel, o SJMR não realizou uma oitiva qualificada, nos moldes preconizados no artigo 6º da Convenção 169 da OIT. Essa regra prevê a necessidade da oitiva com participação efetiva e poder de decisão quando referir-se às questões que afetam as comunidades tradicionais indígenas.

Os indígenas, representados pela liderança Yolis Lyon e outros que residem no imóvel, informaram que os Warao não falam português e nem espanhol, e a oitiva não foi feita por meio de um intérprete Warao; sendo assim, não entenderam que deveriam ir para outro local.

A DDPH, que já atende aos Warao desde a chegada dos indígenas a Belo Horizonte, solicitou esclarecimentos ao SJMR. Em resposta, a instituição informou sobre a notificação extrajudicial do locador e a necessidade de desocupação do local; contudo, confirmou que realmente não havia naquela oportunidade um intérprete Warao e, diante do ocorrido, acordou um prazo maior para a desocupação do imóvel.

[Leia na íntegra](#)

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Defensora pública participa de eventos no Norte de Minas

A coordenadora da Defensoria Pública de Minas Gerais na unidade de Janaúba, defensora pública Claudijane Gomes, participou como palestrante em eventos pelo Dia Internacional da Mulher em Janaúba e Nova Porteirinha.

Empoderamento – O evento 'Empodere-se', promovido pela Comissão da Mulher Advogada (CMA) em Janaúba, aconteceu na sede da OAB local, no dia 7 de março, e contou também com a presença da promotora de Justiça, Vanessa do Carmo Diniz; da advogada e presidente interina da OAB, Rosimeire da Silva; da presidente da CMA, Barbara Neres Bastos, e outras advogadas. A defensora pública

Claudijane Gomes iniciou sua palestra sobre com a dinâmica "Passarela do empoderamento" e, em seguida, contou parte da sua trajetória.

Orientação e prevenção contra violência doméstica – No dia 8 de março, Claudijane Gomes falou sobre as várias formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, sejam elas física, psicológica, sexual, patrimonial e moral em evento realizado pela Prefeitura de Nova Porteirinha, juntamente com as Secretarias de Saúde e de Assistência Social, Departamento de Cultura e Câmara Municipal, em parceria com a Polícia Militar. Estiveram presentes a prefeita Regina Antônia e vereadores.



DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Defensoria de Minas leva educação em direitos sobre proteção à mulher à população de comunidade tradicional em Caeté

Uma feira de artesanato com comidas típicas, atrações musicais, sorteio de brindes, roda de conversa e um momento de escuta com a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG). Essa foi a estratégia encontrada por lideranças do distrito de Morro Vermelho, em Caeté, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no dia 11 de março, para levar educação em direitos para a população local e celebrar o Dia Internacional da Mulher.

O local, com cerca de mil habitantes e fundado em 1650, fica em uma das antigas áreas de mineração do município de Caeté e foi palco de importantes levantes (entre eles, a Guerra dos Emboabas e a revolta contra a cobrança do Quinto do Ouro). Aproveitando a celebração da data internacional, os organizadores convidaram a defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves, coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres – CEDEM, da DPMG, a falar para as pessoas presentes sobre os direitos da mulher.

Em uma roda de conversa improvisada na tradicional Praça Matriz Nossa Senhora de Nazareth, Samantha Vilarinho prestou orientações em questões envolvendo violência doméstica contra a mulher, Lei Maria da Penha, de gênero na política e



Coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, Samantha Vilarinho Mello Alves (1ª à direita), representando a DPMG em feira promovida no distrito de Morro Vermelho, em Caeté: celebração da semana com a promoção e defesa dos direitos das mulheres

no mercado de trabalho, além de destacar a importância de uma rede de apoio entre mulheres e da própria atuação da DPMG na oferta gratuita de orientação jurídica ou na defesa – em juízo – para as mulheres em situação de violência.

Também participaram da roda de conversa a vereadora de Caeté, Silvinha Oliveira, a co-fundadora da rede de protagonismo feminino Delas Pr'elas, Laura Costa.

[Leia na íntegra](#)

Com participação da DPMG, assassinato de Marielle Franco e violência política contra mulher pautam audiência na Assembleia de Minas

A coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (CEDEM), da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), defensora pública Samantha Vilarinho, participou de audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Ge-

rais (ALMG) na terça-feira (14/3), no dia em que se completaram cinco anos do assassinato de Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes.

A reunião foi realizada para homenagear a vereadora carioca, cobrar esclarecimentos sobre o assassinato e pedir pelo fim da violência política contra as mulheres. A audiência foi promovida pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG e contou com a presença de deputadas, vereadoras, representantes do Governo Estadual e lideranças de movimentos pelos direitos humanos.

Samantha Vilarinho falou sobre a Lei 14.192, de 2021, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher e assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais, além de apresentar dados referentes à violência de gênero contra as candidatas nas eleições de 2020. A defensora pública falou ainda que, “no dia em que se completaram cinco anos da morte de Marielle Franco, símbolo da luta contra a violência política de gênero, achei importante conectar a falta de representatividade de mulheres a esses atos de violência política praticados contra elas, sobretudo contra as mulheres negras, lésbicas e transgênero”.

[Leia na íntegra](#)

FOTOS: SARAH TORRES/ALMG

Defensora pública Samantha Vilarinho participou, junto com lideranças políticas e de movimentos de defesa dos direitos humanos, da audiência pública em homenagem a Marielle Franco



INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensor Público capacita dirigentes escolares de Contagem para inclusão de estudantes com deficiência

O defensor público Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, que está à frente da Coordenadoria Estadual da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), ministrou palestra para os diretores da Rede Municipal de Ensino de Contagem.

Na palestra, realizada no último dia 7 de março, o defensor público apresentou as leis que garantem os direitos das pessoas com deficiência, com foco especial na área da educação. A intenção foi fomentar a discussão sobre a inclusão e a forma de colocar em prática as leis. Para Luis Re-

nato Arêas, o encontro foi um momento rico de troca de experiências. “Não adianta você trazer a lei fria, sem aplicação prática. Não basta fazer só uma palestra técnica do direito. É preciso mostrar a necessidade dessas ações”.

[Leia na íntegra](#)



Luis Renato Arêas é coordenador Estadual da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência da DPMG e coordenador-geral da Rede de Proteção da Pessoa com Deficiência das Instituições do Sistema de Justiça e Instituições Públicas de Minas Gerais

ESDEP INFORMA

Chamada de artigos para revista das Defensorias Públicas da Região Norte

O Conselho de política editorial da Revista Científica das Defensorias Públicas da Região Norte, a revista *Arandu – Norteando Direitos*, lançou o edital nº 001/2023 para publicação na 3ª edição da Revista Científica das Defensorias Públicas da Região Norte. O prazo para envio dos artigos é até 1º de maio. O objetivo da revista é divulgar estu-

dos, artigos e pesquisas de interesse institucional local e da Região Norte do Brasil, de caráter multidisciplinar, bem como fomentar intercâmbio de informações e experiências no âmbito das matérias de interesse institucional, notadamente entre as Defensorias Públicas participantes.

[Acesse aqui o Edital nº 001/2023 da revista](#)



PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS I

DEFENSORIA-GERAL

Resolução cria Comitê Estratégico de TI no âmbito da DPMG

O comitê, com caráter consultivo e de natureza estratégica, está instalado a partir de 15/03 com a finalidade na formulação e discussão de políticas, objetivos e prioridades na área de tecnologia da informação, bem como implementação de boas práticas de governança e assessoramento da Defensoria Pública-Geral em matérias atinentes à área.

Resolução nº 1557/2023 (DODP 15/03/2023)

Regulamento Interno da Coordenadoria Estratégica de Tutela Coletiva

Resolução nº 1549/2023 (DODP 11/03/2023)

Abertura de consultas para cooperação

>> *Inscrições por e-mail, direcionados para cooperacao@defensoria.mg.def.br :*

- **Caratinga / Mutirão do Júri** – acumulação no mês de maio de 2023, conforme escala. Inscrição por e-mail, até 12h do dia 24 de março de 2023.
Resolução nº 1559/2023 (DODP 15/03/2023)
- **Contagem** – acumulação compartilhada, podendo o período ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição por e-mail, até as 13h do dia 20 de março de 2023.
Resolução nº 1561/2023 (DODP 15/03/2023)
- **5ª Defensoria Criminal** – de 9 de abril a 6 de outubro de 2023.
Resolução nº 1562/2023 (DODP 15/03/2023)
Resolução nº 1563/2023 (DODP 15/03/2023)
Resolução nº 1564/2023 (DODP 15/03/2023)
Resolução nº 1565/2023 (DODP 15/03/2023)
- **Defensoria da Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e de Inquéritos Policiais** – de 22 de março a 6 de outubro de 2023.
Resolução nº 1560/2023 (DODP 16/03/2023)
- **Santa Rita do Sapucaí / Defensoria das Famílias** – acumulação compartilhada entre os dias 17 e 20 de abril e 19 e 30 de junho de 2023, podendo prorrogado ou antecipado. Inscrição por e-mail, até as 12h do dia 24 de março de 2023.
Resolução nº 1571/2023

Consulta para composição das Câmaras de Estudos

Resolução reabre consulta às defensoras e aos defensores públicos para compor as Câmaras de Estudos. Interessados devem inscrever-se junto ao Conselho Superior, pelo e-mail conselho.superior@defensoria.mg.def.br, até as 14h do dia 20 de março de 2023, juntando os documentos que julgarem pertinentes. A escolha das membras e dos membros das Câmaras de Estudos levará em conta a experiência das candidatas e dos candidatos na respectiva área.

Resolução nº 1576/2023

DPG / CORREGEDORIA-GERAL

Nova resolução conjunta altera dispositivos da regulamentação do funcionamento da DPMG

A Administração Superior deu nova redação ao § 2º do art. 10, aos arts. 18, 20, 21, 22 e ao inciso I do art. 27 da Resolução Conjunta DPG/CGDPMG nº 15/2023, que foi publicada em 04/03/2023 e trata do funcionamento da DPMG após a superação da fase aguda da pandemia de Covid-19 e o regresso das atividades cotidianas de natureza privada.

Resolução Conjunta DPG / CGDPMG nº 016/2023 (DODP 04/03/2023)

CORREGEDORIA-GERAL

Inspeção na Unidade em Santa Luzia

A Unidade da Defensoria Pública de Minas Gerais em Santa Luzia passará por inspeção presencial no dia 21 de março, com início às 9h30, conforme estabelece a Portaria nº 047/2023/CGDPMG da Corregedoria-Geral, publicada no sábado (18/03).

As defensoras e os defensores públicos lotados na referida unidade deverão comparecer na respectiva sede no dia e horário estabelecidos. De acordo com o documento, da inspeção resultará relatório circunstanciado contendo o cenário geral constatado.

Portaria nº 047/2023/CGDPMG (DODP 047/2023)

Diário Oficial Eletrônico da DPMG

[Acesse aqui as publicações](#)

NOVO ÓRGÃO

Defensorias do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – DEFESA

As Defensorias do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – DEFESA (JUVID), criadas pela Deliberação nº 279/2022, estão instaladas na Unidade I da DPMG em Belo Horizonte, na Rua dos Guajajaras, 1707, 4º andar, sala 401.

O telefone de contato é: (31) 3526-0711.

[Acesse aqui a página Telefones Capital](#)



NOTA DE PESAR

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais comunica, com profundo pesar, o falecimento da **sra. Idalina da Trindade Lopes Frutuoso**, avó do defensor público e assessor da Corregedoria-Geral, **Marco Túlio Frutuoso Xavier**. O velório foi realizado na quinta-feira (16/03), em Belo Horizonte. Aos familiares e amigos, nossos votos de condolências e solidariedade.